

**IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA
GOVERNANÇA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.032-020>

Marisa de Almeida

Doutoranda em Ciência Jurídica pela UNIVALI/FCR
Mestre em Direitos Humanos e Administração da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia
Especialista em Direito Processual Civil e Direito Ambiental
Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, titular da 2ª Vara Cível de Pimenta
Bueno/RO

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5835824068869798>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5357-9751>

E-mail: marisadalmeida2024@gmail.com

Oscar Francisco Alves Junior

Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e pela Fundação Getulio Vargas
do Rio de Janeiro (FGV-RJ)

Professor na Pós-Graduação da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON)

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8947984969533114>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1484-5576>

E-mail: oscarprof1@gmail.com

RESUMO

Este estudo examina o papel das iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na promoção da governança ambiental na Amazônia Ocidental. Utilizando uma metodologia de revisão de literatura, a pesquisa identifica padrões e tendências nas práticas de RSC e sua eficácia em influenciar políticas ambientais e práticas sustentáveis. O objetivo da pesquisa é identificar quais estratégias de RSC são mais eficazes na promoção da governança ambiental. Esse objetivo foi parcialmente atingido, pois, embora o estudo tenha proporcionado uma compreensão das práticas atuais e destacado a importância das parcerias entre empresas, governos e ONGs, ele também identificou desafios significativos, como o greenwashing e a dificuldade de medir o impacto dessas iniciativas, que ainda precisam ser abordados. Os resultados destacam como as empresas, ao adotar estratégias de RSC, podem enfrentar desafios regionais específicos, contribuir para o desenvolvimento sustentável e alinhar seus interesses corporativos com metas ambientais globais. Além disso, o estudo explora os benefícios dessas parcerias e aborda os riscos associados. A seção de discussões analisa a necessidade de integração colaborativa para maximizar a eficácia das práticas de RSC e mitigar riscos, oferecendo insights para empresas e formuladores de políticas interessados em integrar responsabilidade ambiental em estratégias de negócios.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, Governança Ambiental, Sustentabilidade Corporativa, Amazônia Ocidental, Práticas Ambientais.



1 INTRODUÇÃO

No cenário empresarial contemporâneo, a responsabilidade social na Amazônia Ocidental (uma das duas partes da Amazônia Legal), com sua rica biodiversidade e importância ecológica global, enfrenta desafios significativos relacionados à sustentabilidade e à conservação. A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), exercida pela iniciativa privada na região, desempenha um papel instrumental na promoção de uma governança ambiental eficaz. Este artigo explora como as iniciativas de RSC na Amazônia Ocidental (composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) podem fortalecer a governança ambiental, abordando desafios regionais específicos e promovendo o desenvolvimento sustentável. Além disso, oferece insights valiosos para aqueles interessados em fomentar práticas ambientais sustentáveis.

A RSC refere-se ao compromisso e às práticas adotadas por empresas e organizações privadas para operar de maneira ética e contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente. Esse conceito vai além do cumprimento de leis e regulamentos, adotando uma postura proativa em relação a questões sociais, econômicas e ambientais. O problema de pesquisa deste estudo consiste em investigar como essas iniciativas das empresas impactam a eficácia da governança ambiental na Amazônia Ocidental, e quais são os mecanismos específicos através dos quais essas iniciativas influenciam políticas ambientais, práticas sustentáveis e a conscientização sobre questões ambientais, tanto no âmbito corporativo quanto comunitário.

O objetivo da pesquisa é identificar quais estratégias de RSC são mais eficazes na promoção da governança ambiental, visando encorajar o setor a adotar práticas similares e contribuir para uma abordagem mais padronizada e eficiente em relação à sustentabilidade corporativa ambiental. Compreender o impacto das empresas, através da RSC, na governança ambiental pode auxiliar formuladores de políticas a desenvolverem regulamentações e incentivos que promovam práticas sustentáveis no setor privado. As empresas, especialmente grandes corporações, têm um alcance significativo e podem influenciar profundamente a percepção pública sobre governança ambiental.

Utilizando uma metodologia de revisão de literatura, este estudo analisa uma série de publicações acadêmicas e relatórios corporativos para identificar padrões e tendências nas práticas de RSC e sua relação com uma governança ambiental eficaz. A justificativa para este trabalho reside na crescente importância da sustentabilidade ambiental no mundo dos negócios e na sociedade em geral. À medida que as questões ambientais se tornam cada vez mais urgentes, compreender como as empresas podem contribuir positivamente para a governança ambiental através de suas práticas de RSC torna-se uma questão de relevância global. Entretanto, avaliar o impacto das iniciativas de RSC na governança ambiental pode ser desafiador devido à variedade de práticas e à dificuldade em quantificar os benefícios ambientais a longo prazo.



É essencial reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa baseia-se predominantemente em fontes secundárias, o que pode limitar a cobertura de todas as nuances práticas e teóricas da RSC. Além disso, o risco de *greenwashing*, em que empresas exageram ou deturpam suas práticas ambientais, é uma realidade que deve ser considerada ao analisar as iniciativas de RSC. Apesar desses desafios, o artigo oferece uma contribuição para o entendimento da interseção entre a RSC e a governança ambiental, abrindo caminhos para futuras pesquisas e práticas sustentáveis no mundo corporativo.

A investigação de formas de aperfeiçoamento e envolvimento do setor privado na governança ambiental também pode incluir recomendações para políticas mais robustas, incentivos para práticas empresariais sustentáveis e estratégias para melhor colaboração entre o setor privado e público. A integração de práticas sustentáveis nas operações empresariais pode incluir o uso de recursos renováveis, redução na geração de resíduos, reciclagem e eficiência energética, iniciativas de conservação, investimento em tecnologias verdes e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável. Ao implementar essas práticas, as empresas não apenas reduzem seu impacto ambiental, mas também estabelecem um padrão na indústria que pode influenciar outras organizações a seguir o mesmo caminho.

Uma conexão importante entre práticas sustentáveis e governança ambiental no setor privado pode ser explorada nesse contexto de gestão sustentável de recursos. Este ponto de relação sublinha como as empresas podem influenciar e ser influenciadas pela governança ambiental através de suas práticas de uso e gestão de recursos naturais. A eficácia das iniciativas de RSC em governança ambiental é frequentemente ampliada através de parcerias com governos, ONGs e outras empresas. Essas colaborações podem levar a projetos inovadores que têm um impacto significativo no meio ambiente, como programas de reflorestamento, conservação da biodiversidade ou limpeza de ecossistemas aquáticos.

Empresas que adotam a RSC tendem a ser mais transparentes em relação ao seu impacto ambiental, através de relatórios de sustentabilidade que detalham suas emissões, uso de recursos e outras métricas ambientais. Essa transparência pode pressionar outras empresas a adotar práticas semelhantes e permitir que stakeholders externos avaliem o comprometimento da empresa com a sustentabilidade. Engajadas, essas empresas frequentemente desempenham um papel vital na educação do público e na criação de consciência sobre questões ambientais, seja por meio de campanhas de marketing, programas educacionais ou patrocínio de eventos focados na sustentabilidade.

Por outro lado, é importante também analisar casos de fracasso ou críticas à RSC. Em certos casos, essas ações podem ser percebidas como *greenwashing*, quando uma empresa investe mais tempo e recursos em marketing afirmando serem sustentáveis do que realmente implementando práticas que minimizem o impacto ambiental. Compreender esse contraponto é fundamental para entender as limitações da RSC e como ela pode ser aprimorada.



2 FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

No ambiente empresarial moderno, a Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC) se estabeleceu como um componente fundamental que vai além do objetivo tradicional de maximização de lucros, adotando práticas que são éticas, sociais e ambientalmente sustentáveis. Seu estudo remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial¹.

De maneira conceitual, a RSC é uma prática empresarial que promove o desenvolvimento sustentável, garantindo o equilíbrio entre bem-estar econômico, social e ambiental. Neste contexto, as empresas, além de perseguirem o lucro, devem avaliar o impacto de suas atividades nas comunidades e no meio ambiente, adotando ações que beneficiem tanto a sociedade quanto a sua própria estrutura corporativa. Este conceito não apenas reflete uma resposta à crescente demanda por responsabilidade social, mas também se configura como uma estratégia essencial na atual era da sustentabilidade². Isso implica que as corporações não só implementam e divulgam suas iniciativas socioambientais, mas também buscam certificações que validem suas práticas, conforme destacado em um estudo da *Deloitte*³:

As empresas hoje não são mais avaliadas com base somente em métricas como performance financeira, ou mesmo a qualidade de seus produtos e serviços. Ao invés disso, as organizações hoje são crescentemente julgadas com base nos relacionamentos com seus funcionários, consumidores, comunidades e impacto na sociedade como um todo.

Sobre o tema da sustentabilidade, Garcia⁴ leciona que:

Consiste no pensamento de capacitação global para a preservação da vida humana equilibrada, conseqüentemente, da proteção ambiental, mas não só isso, também a extinção ou diminuição de outras mazelas sociais que agem contrárias à esperança do retardamento da sobrevivência do homem na Terra.

A iniciativa privada tem o compromisso de conduzir seus negócios de forma ética e sustentável, considerando os impactos sociais e ambientais de suas operações. Esta abordagem evoluiu de iniciativas filantrópicas para estratégias integradas de negócios que equilibram lucro, pessoas e planeta.

¹ OLIVEIRA, L. G. L.; OLIVEIRA, M. C.; PINTO, F. R. Responsabilidade social corporativa: estudo comparativo das normas sociais. *Revista Alcance*, v. 15, n. 2, p. 169, 189, 2008.

² “A sustentabilidade em sentido amplo procura captar os três pilares da sustentabilidade: (i) pilar I – sustentabilidade ecológica; (ii) pilar II – a sustentabilidade econômica; (iii) pilar III – a sustentabilidade social. Nesta perspectiva, a sustentabilidade perfila-se como um ‘conceito federador’ (Verbundsbegriff) que, progressivamente, vem definindo as condições e pressupostos jurídicos, ambientais, políticos, sociais e econômicos da evolução sustentada” (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Sustentabilidade: um romance de cultura e de ciência para reforçar a sustentabilidade democrática*. In *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. LXXXVIII, Tomo I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, p. 6).

³ DELOITTE. *The Rise of the Social Enterprise: 2018 Deloitte Global Human Capital Trends*. 2018a. Disponível em: https://www2.deloitte.com/content/dam/insights/us/articles/HCTrends2018/2018-HCTrends_Rise-of-the-social-enterprise.pdf. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

⁴ GARCIA, Denise Shmitt Siqueira, orgs. *Debates sustentáveis: Análise multidimensional e governança ambiental* [et al] colaboradores - *Dados Eletrônicos - Itajaí: UNIVALI*, 2015. Disponível em: <http://www.univali.br/ppcj/ebook>.. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.



A implementação desse modelo envolve a adoção de práticas de negócios sustentáveis, como o uso eficiente de recursos, redução de emissões de carbono, e promoção de condições de trabalho justas. As empresas também se engajam em iniciativas comunitárias, apoiam projetos sociais e ambientais e se esforçam para adotar cadeias de suprimentos éticas. Além da contribuição para um ambiente sustentável e uma sociedade mais justa, esse viés comportamental oferece benefícios corporativos tangíveis, tal como o fortalecimento da marca e reputação, a fidelização de clientes e funcionários, e potencialmente, melhor desempenho financeiro. De acordo com Prado *et al*⁵:

Estabelece-se, portanto, uma importante ligação entre empresas e cidadãos, na qual as empresas ficam responsáveis por fornecer aos cidadãos uma alternativa ecologicamente correta de consumo, e estes a aderirem a esta causa, incentivando cada vez mais esse movimento “verde”.

A governança ambiental na Amazônia Legal enfrenta desafios significativos e é essencial integrar práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que se alinhem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 13 e 15. Este alinhamento é essencial para mitigar problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável na região. O estudo de Moia e Diniz (2024)⁶ ressalta a importância de uma estrutura de governança robusta que envolva as comunidades locais e os povos indígenas na gestão dos recursos naturais, fortalecendo as estratégias de sustentabilidade e oferecendo oportunidades para soluções inovadoras.

Apesar de seus benefícios, a postura de acordo com a responsabilidade ambiental enfrenta desafios como o "*greenwashing*", onde as práticas de sustentabilidade são mais promovidas do que efetivamente praticadas. Segundo os autores Ribeiro e Epaminondas⁷:

Greenwashing é um termo que vem sendo adotado desde 2007 no mundo corporativo e aos poucos tem sido introduzido nas discussões sobre produtos. Sua melhor tradução seria “lavagem verde”, ou mesmo “pincelada verde”. O termo é designado quando uma empresa, organização não governamental (ONG), ou mesmo o próprio governo, propaga práticas ambientais positivas e, na verdade, possui atuação contrária ou neutra aos interesses e bens ambientais.

Do estudo realizado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS)⁸ infere-se que as empresas também se engajam em iniciativas comunitárias, apoiam projetos sociais e ambientais e se esforçam

⁵ PRADO, R. A. D. P., Silva, M. A., Junqueira, M.C., Almeida, L.N.N. (2011). A influência do marketing verde nos hábitos de consumo dos jovens universitários dos cursos de administração. Estudo em instituições de ensino superior (IES). Revista brasileira de marketing. São Paulo, (10:2), pp. 126-145. <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747525007.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

⁶ MOIA, Gabriel Costa Maciel; DINIZ, Marcelo Bentes. Governança ambiental nos municípios da Amazônia Legal: desafios a enfrentar na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: XXIX Encontro Nacional de Economia Política. Seção 8: Questões Regionais e Urbanas, Universidade Federal do Pará, 2024.

⁷ RIBEIRO, R.A.C.; EPAMINONDAS, L.M.R. Das estratégias do greenmarketing à falácia do greenwashing: a utilização do discurso ambiental no design de embalagens e na publicidade de produtos. Encontro Nacional da Anppas- V Anais. Florianópolis/SC, 2010. p. 18.

⁸ FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Sociobiodiversidade, responsabilidade social corporativa e cooperação internacional. Curso Técnico em Gestão do Desenvolvimento Sustentável – Projeto Amazonas Sustentável,

para adotar cadeias de suprimentos éticas. Além da contribuição para um ambiente sustentável e uma sociedade mais justa, esse viés comportamental oferece benefícios corporativos tangíveis, tal como o fortalecimento da marca e reputação, a fidelização de clientes e funcionários, e potencialmente, melhor desempenho financeiro.

A concepção de responsabilidade social no setor privado passou por uma notável evolução ao longo dos anos. Inicialmente, era predominantemente associada a filantropia ou ações de caridade. No entanto, nas últimas décadas, essa visão ampliou-se para englobar práticas empresariais que são sustentáveis, éticas e transparentes.

Com o aumento da conscientização pública sobre questões globais, como as mudanças climáticas e a desigualdade social, as corporações enfrentam uma pressão crescente para adotar práticas mais responsáveis. Atualmente, consumidores, investidores, reguladores e a sociedade em geral exigem que as empresas desempenhem um papel mais ativo na abordagem de desafios sociais e ambientais.

Contudo, uma parte fundamental da responsabilidade social corporativa é a transparência nas operações e a prestação de contas perante *stakeholders*. Governos têm implementado regulamentações que incentivam ou exigem práticas responsáveis, reconhecendo que o setor privado tem um papel fulcral a desempenhar na resolução de questões sociais e ambientais. Segundo Freeman *apud* Lyra⁹:

Stakeholder em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (Freeman, 1984, tradução nossa). Stakeholder inclui aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (Savage, Nix, Whitehead, & Blair, 1991). Ao negligenciar esses grupos, algumas empresas já foram devastadas ou destruídas (Tapscott & Ticoll, 2005).

Empresas que adotam práticas de responsabilidade social frequentemente se beneficiam de inovações e melhorias em processos, produtos e serviços. Essa abordagem pode levar a uma vantagem competitiva, pois a empresa se torna mais atraente para consumidores conscientes e para investidores que valorizam a sustentabilidade. Menciono alguns benefícios:

Redução de riscos de acidentes socioambientais e sua consequente atratividade para os investidores; a ecoeficiência, filosofia de gestão empresarial baseada num esforço incessante para produzir mais e melhor a preços competitivos, reduzindo progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos a níveis, no mínimo, equivalentes à capacidade de sustentação do planeta; a melhoria da sua reputação, aumentando a credibilidade na empresa e a melhorando sua imagem; o consumo consciente, ou “verde”, com o lançamento de produtos e serviços diferenciados no mercado a custos ambientais menores do que seus concorrentes

2021. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/pas-cartilha-responsabilidade-social-corporativa-fundamentos-compressed.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

⁹ LYRA, Mariana Galvão [et al.]. O Papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise. Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 3, p. 39-52, Junho 2009.



(...); e, por fim, as vantagens na área de recursos humanos no que refere-se à contratação, engajamento e inovação¹⁰.

Apesar dos benefícios, a responsabilidade social do setor privado enfrenta desafios, incluindo a consistência na implementação de políticas RSC e a dificuldade de medir o impacto real dessas iniciativas. Além disso, as empresas podem enfrentar acusações de *greenwashing* quando as ações de responsabilidade social são percebidas como esforços de marketing, em vez de compromissos genuínos.

A conduta de criar uma marca com falsas ou superficiais ideologias ambientais podem ocasionar diversos prejuízos às empresas. Estudos demonstram que esta postura, quando revelada, acaba por gerar perda de confiança na marca, afetando também seu valor de mercado¹¹.

A responsabilidade social no setor privado está cada vez mais associada à construção de parcerias estratégicas com governos, ONGs e outras entidades para enfrentar de maneira mais eficaz e abrangente os desafios sociais e ambientais.

Na Amazônia Ocidental, a implementação de práticas de RSC pode oferecer múltiplos benefícios para as empresas. Entre eles estão a melhoria da reputação e da imagem da marca, o aumento da lealdade dos clientes, a capacidade de atrair e reter talentos, e, em última análise, um desempenho financeiro mais robusto a longo prazo.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO CONTEXTO EMPRESARIAL ATUAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região enfrenta desafios como desmatamento, mineração ilegal, e perda de biodiversidade. Essas questões não apenas ameaçam o meio ambiente local, mas também têm implicações globais, especialmente em relação às mudanças climáticas. Empresas operando na Amazônia Ocidental¹² têm a responsabilidade de adotar práticas que minimizem seu impacto ambiental. Isso inclui o manejo sustentável de recursos, a proteção da biodiversidade e o envolvimento ativo com as comunidades locais.

A governança desempenha um papel essencial no desenvolvimento sustentável da Amazônia, sendo um componente chave para a preservação dos ecossistemas globais. No âmbito do ESG (Environmental, Social, and Governance), a governança corporativa refere-se à estrutura organizacional e aos princípios que direcionam as operações das entidades, buscando harmonizar os interesses de acionistas, líderes e da comunidade. Na Amazônia, essa forma de governança é

¹⁰ BUSSLER, Nairana Radtke Caneppele [et al]. Responsabilidade Social e Governançacorporativas: Caminhos para a criação de valor das organizações. Unijui, 2016.

¹¹ PIMONENKO, Tetyana et al. Green brand of companies and greenwashing under sustainable development goals. Sustainability, 12(4), 2020, p. 1679.

¹² BRASIL. DECRETO LEI n. 291 de 28.02.1967 - Art. 1º § 4 Para fins deste Decreto-Lei, a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre e territórios de Rondônia e Roraima.



particularmente crucial, pois confere às empresas uma vantagem competitiva ao promover a conservação da floresta, o que, por sua vez, reduz as emissões de carbono e contribui para a estabilidade climática global.

Esta pesquisa tem como foco a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e não o conceito de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Contudo, algumas seções utilizam o ESG como referência exemplificativa, razão pela qual se faz relevante esclarecer brevemente as semelhanças e diferenças entre ambos. Esse esclarecimento visa maximizar a compreensão do leitor, garantindo o aproveitamento integral do conteúdo apresentado, sem ocasionar confusões conceituais.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e os critérios ESG (Environmental, Social, and Governance) são abordagens que promovem práticas empresariais sustentáveis. Ambas visam impactos positivos no meio ambiente e na sociedade, considerando diversos stakeholders além dos acionistas.

A RSC foca em iniciativas internas, como filantropia, refletindo valores sociais, enquanto o ESG é crucial para investidores, avaliando sustentabilidade e comportamento ético através de métricas. Embora a RSC seja mais qualitativa e imediata, e o ESG tenha uma perspectiva de longo prazo, suas semelhanças permitem que sejam usadas de forma complementar, equilibrando responsabilidade social com desempenho financeiro.

A Glocal Experience Amazônia, organizada pela Fundação Rede Amazônica¹³, exemplifica a implementação prática desses conceitos, reunindo diversos stakeholders para explorar soluções sustentáveis que atendam tanto às necessidades locais quanto globais. Este evento destaca como a governança pode atuar como um motor para o desenvolvimento sustentável, incentivando a participação ativa da população local nos processos de tomada de decisão e promovendo uma perspectiva global sobre a importância da Amazônia.

As iniciativas podem influenciar positivamente a governança ambiental com práticas que vão além do cumprimento das regulamentações, estabelecendo padrões mais altos para a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos.

A integração de stakeholders é essencial para alcançar esses objetivos, conforme discutido por Moretto Alves em sua dissertação 'Harmonizando Interesses: Análise da Legislação para o Uso Sustentável da Madeira na Amazônia sob a Perspectiva de Amartya Sen' (2024)¹⁴. Moretto Alves argumenta que a colaboração entre diferentes partes interessadas pode promover uma gestão florestal mais equitativa, fortalecendo a governança ambiental na Amazônia.

¹³ BACELLAR, Clarissa. ESG: qual a relação da governança com a Amazônia? Portal Amazônia, 26 ago. 2023. Disponível em: portalamazonia.com. Acesso em: 17 de junho de 2024.

¹⁴ ALVES, Gabriela Cristina Moretto. Harmonizando Interesses: Análise da Legislação para o Uso Sustentável da Madeira na Amazônia sob a Perspectiva de Amartya Sen. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia, 2024.



Ressalta-se que algumas das essenciais características que tornam as empresas fundamentais para a promoção da sustentabilidade são seu empreendedorismo, criatividade e inovação. Como defende Laville a empresa pode ser considerada a única instituição do mundo atual suficientemente poderosa e criativa para implementar as mudanças necessárias¹⁵.

A colaboração entre empresas, governos, ONGs e comunidades indígenas é essencial para uma governança ambiental eficaz. Essas parcerias podem resultar em políticas mais robustas, projetos de conservação eficientes e maior conscientização sobre questões ambientais.

Existem diferentes tipos de coalizões que envolvem empresas em parceria com outras entidades, como organizações não governamentais (ONGs) e o Estado. Essas coalizões são denominadas Business and Industry Non-Governmental Organizations (BINGOs) desempenham um papel significativo na governança global, ao fornecer um meio para as empresas se unirem e se envolverem em discussões e negociações sobre questões econômicas, sociais e ambientais. Elas contribuem para a articulação dos interesses empresariais e para a participação do setor privado na definição de políticas e na promoção de iniciativas sustentáveis¹⁶.

Jacaúna¹⁷ apresenta reflexões de onde se extrai que a governança ambiental na Amazônia é caracterizada pela complexa rede de interações entre múltiplos atores, incluindo o Estado, ONGs e moradores locais. Essas redes formam estruturas de governança cruciais para a coordenação e implementação de políticas ambientais, como demonstrado no estudo das Unidades de Conservação no Rio Unini. A análise de redes sociais (ARS) revela como essas interações influenciam a gestão dos recursos naturais, destacando a importância da cooperação e da troca de informações entre os diversos participantes. A estrutura de rede encontrada no Rio Unini, caracterizada por alto nível de heterogeneidade e uma combinação de poder fragmentado e cooperação hierárquica, é um exemplo de como a governança pode ser tanto facilitada quanto desafiada por essas relações dinâmicas.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Amazônia Ocidental requer um delicado equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico. As empresas na região têm a oportunidade de investir em modelos de negócios que fomentem o crescimento econômico sem causar danos ao meio ambiente, como o ecoturismo e o uso sustentável de recursos naturais. Contudo, a implementação desses modelos enfrenta desafios específicos, incluindo a vasta extensão geográfica e a rica diversidade cultural da região. Apesar desses obstáculos, há também um enorme potencial para a inovação em práticas sustentáveis, permitindo que as empresas contribuam significativamente para a preservação de um dos ecossistemas mais valiosos do planeta.

¹⁵ MATIAS, Eduardo Felipe P. *A Humanidade Contra as Cordas*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p.98.

¹⁶ TIENHAARA, Kyla. Corporations: business and industrial influence. In: HARRIS, Paul G. *Routledge Handbook of Global Environmental Politics*. Nova Iorque: Routledge, 2014. p. 164-175 apud BARBOSA, Milena de Souza Chaffin. *O setor privado na governança ambiental: Pacto Global e princípios ESG como dimensões do poder instrumental*. João Pessoa, 2023.

¹⁷ JACAÚNA, Tiago da Silva. Como se governa a Amazônia? Redes sociais e governança ambiental em Unidades de Conservação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pLjt87qTGLb9hGZWnxN3zTx/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2024.



A atuação social da empresa pode ser potencializada pela adoção de estratégias que valorizem a qualidade dos projetos sociais beneficiados, a multiplicação de experiências bem-sucedidas, a criação de redes de atendimento e o fortalecimento das políticas públicas da área social... a empresa também pode desenvolver projetos próprios, mobilizar suas competências para o fortalecimento da ação social e envolver seus funcionários e parceiros na execução e apoio a projetos sociais da comunidade¹⁸.

Outro ponto a ser apontado é que a responsabilidade social corporativa no contexto ambiental vem ocorrendo devido a adaptação às expectativas sociais em evolução. A discussão responde às crescentes demandas dos consumidores, investidores e do público em geral por práticas empresariais mais éticas e sustentáveis. As empresas são cada vez mais avaliadas não apenas pelo seu desempenho financeiro, mas também pelo seu impacto na sociedade e no meio ambiente.

Há de se ponderar também que pode contribuir no fortalecimento de uma marca, pois uma boa reputação de RSC pode aumentar a fidelidade do cliente, atrair e reter talentos e abrir portas para novas parcerias de negócios, bem como adoção de práticas sustentáveis pode garantir a viabilidade contínua de uma empresa ao proteger os recursos naturais dos quais depende e ao manter um relacionamento positivo com a comunidade e o ambiente. Como expõe Laville, *apud*, Matias¹⁹:

É preciso criar uma empresa que esteja em harmonia com o mundo que a cerca, para a qual o desenvolvimento sustentável seja uma segunda natureza e na qual cada ato contribua efetivamente para a criação de um mundo melhor, não por altruísmo, mas pela sua própria maneira de ser.

A postura proativa da iniciativa privada em relação à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) pode ser um poderoso motor de inovação, promovendo o desenvolvimento de novos produtos e serviços que não apenas atendem às demandas por soluções mais sustentáveis, mas também proporcionam uma vantagem competitiva no mercado. Essa abordagem auxilia as empresas na conformidade com regulamentações governamentais e na mitigação de riscos associados a questões ambientais, sociais e possíveis litígios.

Adicionalmente, a RSC desempenha um papel essencial no desenvolvimento social e econômico, possibilitando que as empresas contribuam efetivamente para a solução de problemas sociais complexos, como a pobreza, a educação e a saúde. Por meio dessas práticas, as empresas não só fortalecem suas operações, mas também promovem um impacto positivo duradouro na sociedade.

¹⁸ QUEIROZ, A et al. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005

¹⁹ MATIAS, Eduardo Felipe P. *A Humanidade Contra as Cordas*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 98.



2.2 A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DO SETOR PRIVADO (RSC) E GOVERNANÇA AMBIENTAL

A relação entre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e governança ambiental é uma interseção fundamental no contexto empresarial contemporâneo. Enquanto a RSC reflete o compromisso das empresas em operar de maneira socialmente responsável e ética, a governança ambiental se concentra na criação e implementação de políticas e práticas para a proteção e sustentabilidade do meio ambiente.

Sobre governança ambiental na Amazônia a complexidade do estudo é apontada por Torres Alvarez²⁰:

A Amazônia apresenta especificidades que a diferencia das demais regiões do Brasil. Os estados que compõem essa região possuem grande parte dos seus territórios compostos por áreas rurais e indígenas, fato que torna ainda mais complexa a tarefa de gerir as políticas públicas de forma a alcançar resultados efetivos para o governo e para a sociedade. No âmbito estadual, as instituições encontram sérias dificuldades na implementação de programas e projetos formulados pelo Governo Federal, pois estes são, em larga medida, moldados de acordo com a realidade dos centros urbanos, desconsiderando as variáveis específicas das diferentes regiões do país. Tal realidade tem manifestado a necessidade de refletir acerca da implementação das políticas públicas no contexto federativo brasileiro, no qual predomina a diversidade regional.

Os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e governança ambiental estão intrinsecamente ligados, criando um ciclo de benefícios recíprocos para as empresas, a sociedade e o meio ambiente. A RSC abrange um conjunto de práticas que vão além do cumprimento legal, incluindo ações voluntárias que beneficiam diretamente a sociedade e o meio ambiente. Já a governança ambiental envolve políticas governamentais, regulamentações e iniciativas voluntárias que visam gerenciar o impacto ambiental das atividades humanas.

Essas práticas estão alinhadas com os objetivos de governança ambiental. Quando uma empresa implementa práticas de produção mais sustentáveis, como a redução de emissões e resíduos, ela não apenas cumpre as regulamentações ambientais, mas também exemplifica um comprometimento com a responsabilidade social. Além disso, empresas que possuem fortes iniciativas de RSC são capazes de influenciar significativamente a formulação e execução de políticas ambientais, contribuindo para um ambiente regulatório que incentiva práticas sustentáveis. Segundo a Fundação Abrinq²¹:

A responsabilidade social é o modo de pensar e agir de forma ética nas relações. Apesar de estar fortemente relacionada a empresas, a prática pode estar diretamente ligada a uma ação, realizada por pessoas físicas ou jurídicas, que tenha como objetivo principal contribuir para uma sociedade mais justa.

²⁰ ALVAREZ, Carmem Paola Torres. Governança da educação profissional e tecnológica: uma análise do contexto da Amazônia Ocidental. 2014. 140 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p. 85.

²¹ Fundação Abrinq. Tudo o que você precisa saber sobre responsabilidade social. 2020. Disponível em: <https://fadc.org.br/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-responsabilidade-social>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.



Ao demonstrar práticas ambientais bem-sucedidas, as empresas podem encorajar a adoção de regulamentações mais rígidas e práticas sustentáveis em toda a indústria. Ademais, a integração da RSC com a governança ambiental beneficia as empresas de várias maneiras, como melhorando sua reputação, construindo confiança com stakeholders e garantindo operações sustentáveis a longo prazo. Para a sociedade e o meio ambiente, isso resulta em melhor qualidade de vida e preservação de recursos naturais. Com isso:

Uma empresa-cidadã tem no seu compromisso com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade os seus diferenciais competitivos. Busca, desta forma, diferenciar-se dos seus concorrentes assumindo uma nova postura empresarial – uma empresa que investe recursos financeiros, tecnológicos e de mão-de-obra em projetos comunitários de interesse público. A empresa-cidadã cria uma imagem de excelência por sua atuação junto à sociedade, que se reflete em aumento da confiança, do respeito e da admiração de seus consumidores²².

Apesar dos benefícios, existem desafios na integração da RSC com a governança ambiental. Isso inclui a necessidade de balancear objetivos econômicos com responsabilidade social e ambiental, e o risco de "*greenwashing*", onde as ações de RSC são mais uma estratégia de marketing do que um comprometimento genuíno. As iniciativas de responsabilidade social corporativa das empresas contribuem para a governança ambiental, porém, faz-se necessário identificar os obstáculos enfrentados pelas empresas e pelos governos nas iniciativas de responsabilidade social corporativa na área ambiental.

2.3 INFLUÊNCIA DA RSC NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A RSC se trata de uma abordagem empresarial que comporta preocupações sociais e ambientais nas operações e interação corporativa com *stakeholders*.

As políticas ambientais se aplicam na adoção de práticas pelas empresas, evidenciando liderança e sustentabilidade e, ao fazer isso, alcançam elevados padrões em políticas ambientais futuras, ampliando a inovação para todo o setor industrial. É importante ressaltar que a responsabilidade social corporativa conduz as empresas a assumir novas posturas:

Com o aumento do envolvimento do setor privado com a solução dos problemas sociais, função anteriormente atribuída apenas a organizações sem fins lucrativos e ao Estado, é inevitável que as empresas procurem tratar seu investimento social com a mesma lógica e seriedade com que tratam suas estratégias negociais²³.

²² SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade social ou filantropia. Revista FAE Business, Curitiba, n. 9, p. 32-34, 2004.

²³ FISCHER, Rosa Maria. Cidadania Organizacional: um caminho de desenvolvimento In: Universidades Corporativas: Educação para as empresas do século XXI. São Paulo: Schmukler Editores Ltda, 1999 apud FEDATO, Maria Cristina Lopes. Responsabilidade Social Corporativa: benefício social ou vantagem competitiva, 2005.



Denota-se que as empresas engajadas em políticas ambientais formam vínculos com entidades governamentais para desenvolver o mercado nas áreas de sustentabilidade ambiental. Empresas que praticam tais comportamentos exercem papel relevante na conscientização pública e na educação sobre questões ambientais, influenciando a opinião pública.

Nesses casos, essas parcerias auxiliam a moldar regulamentações que sejam realistas, economicamente viáveis e ambientalmente benéficas. Além de adotar práticas sustentáveis internamente, algumas empresas também se envolvem ativamente em advocacia e *lobbying*²⁴ para políticas ambientais progressistas, incluindo apoio às legislações que promovam energia renovável.

Neste toar, pode-se citar algumas medidas que o setor corporativo privado pode atuar com olhar no desenvolvimento sustentável como produtos e serviços que sejam ambientalmente amigáveis; publicação de relatórios de sustentabilidade transparentes e detalhados que mostram o impacto ambiental da empresa; obtenção de certificações ambientais que demonstrem compromisso com a gestão ambiental responsável; comprometimento com redução de carbono através de iniciativas ambientais; promoção de educação ambiental e a conscientização entre funcionários e clientes, incentivando práticas sustentáveis dentro e fora da organização; adoção de cadeias de suprimentos sustentáveis; investimento em pesquisa e desenvolvimento para encontrar soluções inovadoras para problemas ambientais, entre outros.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo é uma revisão de literatura sistemática. Este método envolve a análise de múltiplas fontes secundárias, incluindo publicações acadêmicas e relatórios corporativos, para identificar padrões e tendências nas práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e sua eficácia na promoção da governança ambiental na Amazônia Ocidental.

A revisão de literatura permite uma compreensão abrangente das abordagens de RSC empregadas por empresas na região, identificando as práticas mais eficazes e as lacunas na implementação de políticas sustentáveis. A seleção de fontes seguiu critérios de relevância e atualidade, com o intuito de garantir que os insights obtidos fossem apoiados por evidências contemporâneas.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da revisão de literatura revelam tendência de adoção de práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) por empresas no mundo, no Brasil e na Amazônia Ocidental, embora ainda iniciante.

²⁴ Defender interesses junto a membros do poder público que tomarão decisões – é um fenômeno onipresente nos sistemas democráticos. THOMAS, C. S. (Ed.). *Research guide to U.S. and international interest groups*. Westport: Praeger Publishers, 2004. p. 544.



Descrição dos dados: A análise da literatura revela que mesmo que as práticas de RSC ainda sejam incipientes na Amazônia Ocidental, há um crescimento significativo na adoção dessas práticas nas últimas décadas. Dados do estudo "Panorama ESG 2024" indicam que 71% das empresas brasileiras agora incorporam práticas ambientais, sociais e de governança, refletindo uma tendência global em direção a uma maior responsabilidade corporativa. Essa tendência é particularmente relevante no contexto amazônico, onde a pressão para a conservação ambiental é urgente.

Relevância dos dados: Esses dados são indicadores críticos do crescimento e da importância das práticas de RSC, evidenciando um aumento em relação ao ano anterior e destacando o papel líder do setor industrial nesse movimento.

Greenwashing e Parcerias: O estudo destaca que, apesar do aumento na implementação de práticas de RSC, o fenômeno do *greenwashing* continua sendo uma barreira significativa. Muitas empresas são acusadas de promover uma imagem "verde" sem adotar mudanças substanciais em suas operações. No entanto, parcerias intersetoriais entre empresas, governos, e ONGs têm se mostrado eficazes na superação de desafios regionais, facilitando a adoção de práticas mais autênticas e sustentáveis.

5 DISCUSSÕES

Interpretação dos resultados: A análise evidencia que as práticas de RSC, quando integradas de forma colaborativa com stakeholders locais, têm um impacto positivo na governança ambiental. Isso ocorre especialmente quando essas práticas são implementadas por meio de parcerias que compartilham conhecimentos e recursos, promovendo uma abordagem holística para a sustentabilidade.

Comparação com a literatura existente: Os resultados do estudo estão em linha com pesquisas anteriores que destacam o potencial das parcerias entre empresas, governos, e ONGs para fomentar práticas ambientais sustentáveis. No entanto, o estudo adiciona ao debate ao enfatizar os riscos contínuos associados ao *greenwashing*, que podem minar a credibilidade das iniciativas de RSC se não forem abordados adequadamente.

Contribuições e implicações: Este estudo contribui para o entendimento do papel da RSC na Amazônia Ocidental, destacando a região como um potencial laboratório para práticas de RSC economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. As empresas que aderem a práticas genuínas de RSC não apenas melhoram sua reputação, mas também alavancam seu potencial para inovar e liderar o caminho em direção a um desenvolvimento mais sustentável.

Limitações do estudo: A principal limitação identificada é a dependência de fontes secundárias. Isso pode resultar em uma visão incompleta das nuances práticas e teóricas das práticas



de RSC na região. Estudos empíricos aprofundados são necessários para uma compreensão mais abrangente.

Sugestões para estudos futuros: Recomenda-se a realização de estudos de caso com empresas específicas na Amazônia Ocidental para aprofundar a análise sobre o impacto real das práticas de RSC na governança ambiental. Tais estudos podem fornecer insights valiosos sobre como superar os desafios identificados, incluindo o *greenwashing*, e podem ajudar a desenvolver modelos de negócio inovadores e sustentáveis.

6 CONCLUSÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Amazônia Ocidental é fundamental para reforçar a governança ambiental na região. Ao implementar práticas empresariais responsáveis e sustentáveis, as organizações podem não apenas mitigar seu impacto ambiental, mas também participar ativamente da conservação deste valioso patrimônio natural global, equilibrando necessidades econômicas e ambientais.

A colaboração entre diversos stakeholders é essencial para atingir esses objetivos, demonstrando que a RSC é um caminho poderoso para a promoção de um futuro sustentável na Amazônia Ocidental. Ao incorporar considerações éticas, sociais e ambientais em suas operações, as empresas não só ajudam a criar um mundo mais sustentável, mas também se posicionam competitivamente no mercado. O futuro dos negócios sustentáveis requer uma abordagem holística, que a RSC proporciona, equilibrando as necessidades econômicas, sociais e ambientais.

Ao adotar essas práticas, as empresas do setor privado podem reduzir seu próprio impacto ambiental e, simultaneamente, influenciar de maneira positiva a sociedade e a economia, promovendo uma governança ambiental mais eficaz e sustentável.

A incorporação de práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) está se tornando cada vez mais prevalente no setor empresarial brasileiro, com 71% das empresas adotando tais práticas, conforme apontado pelo estudo "Panorama ESG 2024" da Amcham Brasil²⁵. Este dado reflete uma significativa evolução em relação ao ano anterior e demonstra um movimento liderado principalmente pelo setor industrial. A pesquisa revela que a motivação por trás dessa adoção inclui o desejo de impactar positivamente questões ambientais e sociais e fortalecer a reputação corporativa das organizações.

Há uma crescente demanda por transparência nas práticas de RSC, com um número cada vez maior de empresas publicando relatórios de sustentabilidade detalhados. Isso reflete uma abordagem estratégica e integrada do setor privado, considerando o impacto de suas atividades sobre todos os

²⁵ Panorama ESG 2024, Amcham Brasil-Câmara de Comércio da América. Publicado em 23 de abril de 2024 por *O Tempo*. Disponível em <https://www.otempo.com.br/economia/praticas-sustentaveis-sao-adotadas-por-71-das-empresas-brasileiras-diz-estudo-1.3441718>



stakeholders e no meio ambiente. Reconhece-se que as empresas têm um papel essencial na construção de um futuro sustentável.

Pelos dados da Amcham Brasil²⁶ disponibilizados no veículo citado, é possível inferir que apesar desse aumento na adoção de práticas ESG, as empresas enfrentam desafios significativos. O estudo destaca que 40% das organizações relatam dificuldades na mensuração de indicadores ESG, enquanto 32% enfrentam obstáculos na construção de uma cultura organizacional sólida. Além disso, 30% das empresas apontam a falta de recursos financeiros e de metodologias eficientes como barreiras para a implementação eficaz dessas práticas. Tais desafios reiteram a necessidade de capacitação e desenvolvimento de lideranças, além da integração da sustentabilidade nas estratégias de negócios, conforme enfatizado pelos respondentes da pesquisa.

As estratégias de RSC impactam a governança ambiental em diversos níveis, desde a integração de práticas sustentáveis nas operações diárias até a contribuição para metas ambientais mais amplas por meio de parcerias e colaborações. A interação entre RSC e governança ambiental representa um desafio significativo no contexto empresarial moderno. Essa relação não apenas reforça o compromisso corporativo com práticas sustentáveis, mas também promove uma abordagem holística e integrada na gestão de recursos naturais e na proteção do meio ambiente. À medida que caminhamos em direção a um futuro mais sustentável, a fusão desses conceitos continuará desempenhando um papel essencial na promoção de mudanças positivas tanto no setor privado quanto no público.

²⁶ Panorama ESG 2024, Amcham Brasil-Câmara de Comércio da América. Publ.23 abr 2024, *O Tempo*.



REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Carmem Paola Torres. Governança da educação profissional e tecnológica: uma análise do contexto da Amazônia Ocidental. 2014. 140 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p. 85.

ALVES, Gabriela Cristina Moretto. Harmonizando Interesses: Análise da Legislação para o Uso Sustentável da Madeira na Amazônia sob a Perspectiva de Amartya Sen. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia, 2024.

Amcham Brasil. (2024). Panorama ESG 2024. O Tempo. Retrieved from www.otempo.com.br, Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/praticas-sustentaveis-sao-adotadas-por-71-das-empresas-brasileiras-diz-estudo-1.3441718>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

BACELLAR, Clarissa. ESG: qual a relação da governança com a Amazônia? Portal Amazônia, 26 ago. 2023. Disponível em: portalamazonia.com. Acesso em: 17 de junho de 2024.

BUSSLER, Nairana Radtke Caneppele [et al]. Responsabilidade Social e Governança corporativas: Caminhos para a criação de valor das organizações. Unijuí, 2016.

BRASIL. DECRETO LEI n. 291 de 28.02.1967. Brasília, DF: Senado Federal, 1967.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Sustentabilidade: um romance de cultura e de ciência para reforçar a sustentabilidade democrática. In Boletim da Faculdade de Direito, Vol. LXXXVIII, Tomo I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

DELOITTE. The Rise of the Social Enterprise: 2018 Deloitte Global Human Capital Trends. 2018a. Disponível em: https://www2.deloitte.com/content/dam/insights/us/articles/HCTrends2018/2018-HCTrends_Rise-of-the-social-enterprise.pdf. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

FISCHER, Rosa M.. Cidadania Organizacional: um caminho de desenvolvimento In: Universidades Corporativas: Educação para as empresas do século XXI. São Paulo: Schmukler Editores Ltda, 1999 apud FEDATO, Maria Cristina Lopes. Responsabilidade Social Corporativa: benefício social ou vantagem competitiva, 2005.

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade. Direito ao futuro. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Tudo o que você precisa saber sobre responsabilidade social. 2020. Disponível em: <https://fadc.org.br/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-responsabilidade-social>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS). Sociobiodiversidade, responsabilidade social corporativa e cooperação internacional. Curso Técnico em Gestão do Desenvolvimento Sustentável – Projeto Amazonas Sustentável, 2021. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/pas-cartilha-responsabilidade-social-corporativa-fundamentos-compressed.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024



GARCIA, Denise Shmitt Siqueira, org. Debates sustentáveis: Análise multidimensional e governança ambiental [et al] colaboradores - Dados Eletrônicos Itajaí: UNIVALI, 2015. Disponível em: <<http://www.univali.br/ppcj/ebook>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

JACAÚNA, Tiago da Silva. Como se governa a Amazônia? Redes sociais e governança ambiental em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 103, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pLtj87qTGLb9hGZWnxN3zTx/?lang=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

LYRA, Mariana Galvão [et al]. O Papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise. Curitiba, v.13, Edição Especial, art. 3, p. 39-52, Junho 2009.

MATIAS, Eduardo Felipe P. A Humanidade Contra as Cordas. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MOIA, Gabriel Costa Maciel; DINIZ, Marcelo Bentes. Governança ambiental nos municípios da Amazônia Legal: desafios a enfrentar na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: XXIX Encontro Nacional de Economia Política. Seção 8: Questões Regionais e Urbanas, Universidade Federal do Pará, 2024.

OLIVEIRA, L. G. L.; OLIVEIRA, M. C.; PINTO, F. R. Responsabilidade social corporativa: estudo comparativo das normas sociais. Revista Alcance, v. 15, n. 2, p. 169, 189, 2008.

PRADO, R. A. D. P., Silva, M. A., Junqueira, M.C., Almeida, L.N.N. (2011). A influência do marketing verde nos hábitos de consumo dos jovens universitários dos cursos de administração. Estudo em instituições de ensino superior (IES). Revista brasileira de marketing. São Paulo, (10:2), pp. 126-145. <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747525007.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

PIMONENKO, Tetyana et al. Green brand of companies and greenwashing under sustainable development goals. Sustainability, 12(4), 2020, p. 1679.

SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade social ou filantropia. Revista FAEBusiness, Curitiba, n. 9, p. 32-34, 2004.

QUEIROZ, A et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

TIENHAARA, Kyla. Corporations: business and industrial influence. In: HARRIS, Paul G. Routledge Handbook of Global Environmental Politics. Nova Iorque: Routledge, 2014. p. 164-175 apud BARBOSA, Milena de Souza Chaffin. O setor privado na governança ambiental: Pacto Global e princípios ESG como dimensões do poder instrumental. João Pessoa, 2023.

THOMAS, C. S. (Ed.). Research guide to U.S. and international interest groups. Westport: Praeger Publishers, 2004.